

**ILUSTRÍSSIMA SENHORA PRESIDENTE DA COMISSÃO INTERNA DE
CONTRATOS DE GESTÃO EM SERVIÇOS DE SAÚDE – CICGCSS/SES/GO,
DA SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE DO ESTADO DE GOIÁS**

CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 04/2024-SES/GO
PROCESSO Nº 202300010063746

OBJETO: Seleção de entidade direito privado sem fins lucrativos caracterizada como organização da sociedade civil, com experiência prévia comprovada na gestão de unidades hospitalares com perfil de Média e Alta Complexidade, para a gestão, operacionalização e execução dos serviços de saúde no Hospital Estadual de Itumbiara São Marcos HEI, localizado na Praça Sebastião Xavier nº 66 Bairro Centro, Itumbiara - GO - Goiás, CEP.: 75513-540. O presente Chamamento Público e a parceria dele decorrente se regem por toda a legislação aplicável à espécie, especialmente pelas normas da Lei Federal nº 13.019/2014 e a Lei complementar nº 141/12, bem como pelas regras constantes do Edital e seus Anexos.

**ASSOCIAÇÃO DE GESTÃO, INOVAÇÃO E RESULTADOS EM
SAÚDE – AGIR**, já qualificada nos autos em epígrafe, por seu representante devidamente cadastrado no certame, vem respeitosa e tempestivamente¹ perante Vossa Senhoria, com fulcro no item 11.3 do instrumento convocatório², apresentar **CONTRARRAZÕES AO RECURSO ADMINISTRATIVO** interposto pelo Instituto de Gestão e Humanização-IGH, nos termos em que passa a expor.

¹ Considerando que a divulgação, por parte da Comissão, do recurso interposto pelo Instituto de Gestão e Humanização-IGH se deu em 18/11/2024 (segunda-feira), o prazo de 03 (três) dias úteis previsto no item 11.3 do Edital para apresentação de contrarrazões se encerra em 22/11/2024 (sexta-feira), comprovada, portanto, sua tempestividade.

² **11.3.** Caberá recurso, no prazo de 03 (três) dias úteis após a publicação do *Informativo de Resultado Preliminar*, que ocorrerá no site da SES/GO, o qual deverá ser protocolado via email no endereço indicado no "Aviso de Chamamento Público", junto à Comissão Interna de Contratos de Gestão em Serviços de Saúde - CICGCSS/SESGO, ficando as demais interessadas desde logo intimadas para apresentar contrarrazões em igual prazo, cuja contagem terá início no primeiro dia útil subsequente ao do término do prazo de recurso.

Outrossim, requer à Comissão processante que negue provimento ao recurso administrativo interposto ou, em caso de procedência, que sejam as presentes contrarrazões encaminhadas à autoridade competente — Exmo. Sr. Secretário da Saúde do Estado de Goiás³ — para que aprecie as razões anexadas, requerendo seja negado provimento ao recurso administrativo interposto pelo Instituto de Gestão e Humanização-IGH.

Termos em que, pede deferimento.

Goiânia, 22 de novembro de 2024.

Associação de Gestão, Inovação e Resultados em Saúde-AGIR

Lucas Paula da Silva

Superintendente Executivo

CPF: 894.828.751-68

³ Artigo 56, § 1º, da Lei estadual nº 13.800/2001.

“CONTRARRAZÕES DE RECURSO ADMINISTRATIVO”

1 – DA COMPETIÇÃO/SELEÇÃO EM CURSO E SÍNTESE DAS RAZÕES RECURSAIS

Cuida-se de Chamamento Público promovido pela Secretaria de Estado de Saúde do Estado de Goiás – SES/GO, por meio do qual este ente público estadual pretende selecionar entidade de direito privado sem fins lucrativos caracterizada como organização da sociedade civil, com experiência prévia comprovada na gestão de unidades hospitalares com perfil de Média e Alta Complexidade, para a gestão, operacionalização e execução dos serviços de saúde no **Hospital Estadual de Itumbiara São Marcos HEI**, localizado na cidade Itumbiara – GO, nos termos do Instrumento Convocatório.

Após publicação do Resultado Preliminar de Análise de Proposta de Trabalho, que classificou a AGIR em 1º lugar com NT 30,84, e Instituto de Gestão e Humanização-IGH em 3º lugar com NT 28.32 pontos, o Recorrente interpôs o Recurso Administrativo ora em análise, arguindo em suma: **(i)** ausência de detalhamento dos custos com pessoal médico, **(ii)** suposta desconformidade na pontuação do Instituto de Gestão e Humanização-IGH, visto que, segundo sua ótica, alguns pontos deixaram de ser atribuídos à sua proposta.

Contudo, a r. decisão que classificou a Agir em 1º lugar revela-se irretocável, devendo ser negado provimento ao recurso administrativo interposto, consoante se passará a demonstrar a seguir.

A ora Peticionária reputa pertinente desde já promover o enfrentamento de questão suscitada nas razões do recurso interposto que não têm qualquer relação de

pertinência com a qualificação demonstrada pela Peticionária ou com o conteúdo de sua Proposta de Trabalho a qualquer título.

2 – RAZÕES PARA IMPROVIMENTO DO RECURSO INTERPOSTO

2.1. DETALHAMENTO DOS CUSTOS COM PESSOAL MÉDICO.

A Recorrente alega que a Agir não apresentou detalhamento dos custos com pessoal médico por especialidade. Tal alegação não possui respaldo no edital de regência do certame. Uma leitura criteriosa do documento comprova que não há qualquer dispositivo editalício que exija a apresentação de custos segregados por especialidade médica.

O edital solicita a proposta de trabalho conforme o roteiro estipulado no Plano de Trabalho (Anexo I), onde são avaliados fatores como o modelo gerencial, ações voltadas à qualidade e a qualificação técnica. No entanto, em nenhum momento é exigido que a apresentação dos custos de pessoal médico seja segmentada por especialidade.

A ausência de segmentação de custos por especialidade não configura falta de transparência. Os custos foram apresentados de forma consolidada, o que atende às exigências do edital.

Ademais, os custos globais foram descritos com clareza, possibilitando análise e acompanhamento pela Administração Pública e pelos órgãos de controle. A abordagem utilizada é suficiente para garantir uma gestão eficiente e uma fiscalização adequada do uso dos recursos públicos, como exige a Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar nº 101/2000).

Avaliação da legislação citada pelo IGH

- Artigo 37 da Constituição Federal: Em vigor. Define os princípios da administração pública, incluindo legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.
- Lei nº 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações): Em vigor. Prevê os princípios de planejamento e transparência nos processos licitatórios. Não estabelece, no entanto, a obrigatoriedade de discriminação de custos por especialidade médica, devendo as exigências seguir exclusivamente o edital.
- Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal): Em vigor. Determina a transparência na gestão fiscal, o que foi plenamente atendido com a apresentação dos custos globais de forma objetiva e detalhada.

Os custos apresentados pela Agir para o pessoal médico estão em total conformidade com o edital e as normas vigentes. A ausência de discriminação por especialidade médica não compromete a transparência ou a eficiência da proposta, uma vez que os valores globais foram descritos de forma clara e suficiente para garantir uma análise criteriosa.

Por todo exposto é que se roga seja negado provimento ao recurso interposto.

2.2. AS PONTUAÇÕES ATRIBUÍDAS ÀS PROPOSTAS DE TRABALHO DO INSTITUTO DE GESTÃO E HUMANIZAÇÃO-IGH E DA AGIR; manutenção das pontuações;

O recorrente Instituto de Gestão e Humanização-IGH pleiteia ampliação de pontuação de sua proposta de trabalho. Adicionalmente, o recorrente pleiteia cancelamento de pontuação da proposta de trabalho da Agir em um quesito.

A Peticionaria destaca que em todas as matérias recursais supra aludidas, o recorrente não trouxe qualquer alegação e ou elemento recursal que denotasse interferência para com o quanto apreciado e notificado em sede de julgamento das propostas de trabalho, motivo pelo qual a decisão recorrida se mostra impecável, mantendo-se inabalada por seus próprios fundamentos.

O recurso não merece provimento.

3. PEDIDOS

Ante todo o exposto, a Agir requer seja negado provimento ao Recurso Administrativo ora em análise, com a consequente manutenção da r. decisão recorrida em todos os seus aspectos, conforme fatos e fundamentos esposados nas presentes razões.

Termos em que, pede deferimento.

Goiânia, 22 de novembro de 2024.

Associação de Gestão, Inovação e Resultados em Saúde-AGIR

Lucas Paula da Silva
Superintendente Executivo
CPF: 894.828.751-68

 @agirsaude

 /agirsaude

 /agir.saude

 /tvagir

 /agirsaude

 secretariageral@agirsaude.org.br

 (62) 3995-5406



Av. Olinda com Av. PL3, Qd. H4 Lt 1,2,3 Ed. Lozandes Corporate Design,
Torre Business, 20º Andar, Parque Lozandes. Goiânia - Goiás - CEP: 74884-120

Agir HSM Itumbiara Contrarrazões Recurso IGH.pdf

Documento número #b7c7ce7c-1515-4a87-af38-97bca34b8802

Hash do documento original (SHA256): 95ffcdef462306ebb859864c771cb1d48db9573bc31ba409cc724cc293bf2b3b

Assinaturas



Lucas Paula Da Silva

CPF: 894.828.751-68

Assinou como procurador em 22 nov 2024 às 14:37:13

Log

- 22 nov 2024, 14:22:59 Operador com email shaiany@agirsaude.org.br na Conta 4d428d50-c96f-4413-8e19-158689dbe9d6 criou este documento número b7c7ce7c-1515-4a87-af38-97bca34b8802. Data limite para assinatura do documento: 22 de dezembro de 2024 (14:22). Finalização automática após a última assinatura: habilitada. Idioma: Português brasileiro.
- 22 nov 2024, 14:22:59 Operador com email shaiany@agirsaude.org.br na Conta 4d428d50-c96f-4413-8e19-158689dbe9d6 adicionou à Lista de Assinatura: lucas.silva@agirsaude.org.br para assinar como procurador, via E-mail, com os pontos de autenticação: Token via E-mail; Nome Completo; CPF; endereço de IP. Dados informados pelo Operador para validação do signatário: nome completo Lucas Paula Da Silva e CPF 894.828.751-68.
- 22 nov 2024, 14:37:13 Lucas Paula Da Silva assinou como procurador. Pontos de autenticação: Token via E-mail lucas.silva@agirsaude.org.br. CPF informado: 894.828.751-68. IP: 179.254.244.198. Componente de assinatura versão v1.1053.0 disponibilizado em <https://app.clicksign.com>.
- 22 nov 2024, 14:37:14 Processo de assinatura finalizado automaticamente. Motivo: finalização automática após a última assinatura habilitada. Processo de assinatura concluído para o documento número b7c7ce7c-1515-4a87-af38-97bca34b8802.



Documento assinado com validade jurídica.

Para conferir a validade, acesse <https://www.clicksign.com/validador> e utilize a senha gerada pelos signatários ou envie este arquivo em PDF.

As assinaturas digitais e eletrônicas têm validade jurídica prevista na Medida Provisória nº. 2200-2 / 2001

Este Log é exclusivo e deve ser considerado parte do documento nº b7c7ce7c-1515-4a87-af38-97bca34b8802, com os efeitos prescritos nos Termos de Uso da Clicksign, disponível em www.clicksign.com.